

# COLETIVO DE SABERES E FAZERES CURATIVOS: RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DA LUTA CONTRA A HEGEMONIA DO CAPITAL<sup>1</sup>

*COLLECTIVE OF CURATIVE KNOWLEDGE AND DOINGS: RECOGNITION AND  
STRENGTHENING THE FIGHT AGAINST CAPITAL HEGEMONY*

**Gleison Peralta Peres**

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil E-mail: gleisonpp@hotmail.com

**Edson Caetano**

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. E-mail: caetanoedson@hotmail.com

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v24i1.893>

Recebido em: 02/06/2022

Aceito em: 18/07/2022

---

**Resumo:** A reflexão parte do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Trata-se de uma pesquisa teórica e de campo, onde as análises das rodas de conversas e entrevistas com os moradores e moradoras do Quilombo de Mata Cavalo, e contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), projeto que tem a finalidade de salvaguarda e valorização dos saberes e fazeres curativos tradicionais da referida comunidade quilombola.

**Palavras-chave:** Educação. Povos e Comunidades Tradicionais. Saberes Ancestrais.

**Abstract:** The reflection comes from the Study and Research Group on Work and Education (GEPTE) linked to the Graduate Program in Education (PPGE) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT). This is a theoretical and field research, where the analysis of conversation circles and interviews with the residents of Quilombo de Mata Cavalo, and had financial support from the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), a project that aims to safeguard and enhance the knowledge and traditional healing practices of the aforementioned quilombola community.

**Keywords:** Education. Traditional Peoples and Communities. Ancestral Knowledge.

## 1 Introdução

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), desenvolve junto a população mato-grossense desde 2011, estudos e pesquisas

---

<sup>1</sup> Projeto de Extensão Tecnológica aprovado sob o processo número 0266129/2021 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).



científicas, visitas a povos originários e comunidades tradicionais e reflexões sobre a produção da existência, proporcionando considerações sobre alternativas contra a hegemonia do capital, já que os estudos tem por base as discussões relacionadas ao binômio trabalho e educação.

Neste sentido nosso texto busca refletir sobre o processo de construção do “Coletivo Saberes e Fazeres Curativos do Quilombo de Mata Cavalo”, pensado a partir das demandas expressas pelos moradores/as do referido quilombo localizado no município de Nossa Senhora do Livramento-MT. Tal atividade só foi possível por meio do financiamento do Projeto de Extensão Tecnológica aprovado sob o processo número 0266129/2021 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

O projeto que se encontra em desenvolvimento é intitulado “Conhecimentos Tradicionais e o Direito de Reconhecimento de Benzedeadas e Benzedores do Quilombo de Mata Cavalo/ Nossa Senhora Do Livramento”, e tem como apoio pesquisadores vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), do Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT) sob orientação do professor Dr. Edson Caetano.

Dentre as várias ações do projeto, posteriores ao mapeamento social, onde pesquisadores/as do GEPTE, estiveram in loco conversando e coletando informações objetivando o delineamento do perfil dessas pessoas detentoras de saberes de cuidado e de cura do quilombo, foi possível formar um grupo que participa das oficinas do projeto, bem como, criar um coletivo para fortalecer as lutas e busca do reconhecimento perante ao poder público, neste caso a prefeitura do município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Cabe destacar que o aparato jurídico que protege as comunidades tradicionais está baseado na Constituição Federal de 1988 (Artigos 215 e 216), para garantia dos direitos culturais bem como o reconhecimento das populações tradicionais, sendo fundamentais para o projeto que está em desenvolvimento.

Sendo assim nossa reflexão se debruça sobre o trabalho enquanto categoria eminentemente humana, pois compreendemos que o ser humano se humaniza através do trabalho e de suas relações sociais constituídas a partir dessa relação, da qual podemos apontar que a educação se faz presente como binômio na relação trabalho e educação.

Nossa análise parte do método materialismo histórico e dialético enquanto pressupostos material e imaterial dada a realidade concreta como propõe Frigotto (1989, p. 76-77) onde,

[...] o método de análise, na perspectiva dialética materialista, não se constitui na ferramenta asséptica, uma espécie de ‘metrologia’ dos fenômenos sociais, que nas perspectivas que aqui denomino de metafísicas é tomada como garantia da ‘cientificidade, da objetividade e da neutralidade’. Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto.

Neste sentido o processo de explicação da realidade se efetiva a partir da compreensão e reflexão, já que o conhecimento se dá na/pela práxis, como perspectiva de mudança ou transformação da realidade. Para tanto acreditamos que a apresentação dos resultados desta pesquisa possa contribuir com nossa área de estudo e com o fortalecimento coletivo dos homens e mulheres que exercem o ofício da cura e do cuidado em Mata Cavalo.

## 2 Povos e comunidades tradicionais: concepções teóricas

No campo teórico, existem diversas conceitualizações no que tange aos povos originários e comunidades tradicionais, porém a existência e as peculiaridades devem ser tratadas conforme suas particularidades que podem ser percebidas nos comportamentos, formas de lidar com a natureza, relações de trabalho, cultura entre outras, sendo na perspectiva de Caetano, Cabral e Brito (2021, p. 277) “os povos e comunidades tradicionais, enquanto categoria de análise, ou seja, no âmbito teórico-conceitual apresentam singularidades na produção da existência tanto entre si quanto em relação à cidade”.

Diegues complementa (1996, *apud* FILHO, 2010, p. 4) que as,

[...] comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de **organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado**. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis [...]. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena.

Costa (2011, p. 56) assevera que

um povo e uma comunidade tradicional só podem se afirmar como são, em sua **singularidade e diferença**, pelo **pertencimento a um determinado território** que propicia a todos os seus membros compreenderem-se como parte de um “nós”, **uma coletividade com historicidade e territorialidade próprias**, como vem sendo evidenciado em diversos estudos desenvolvidos para a compreensão dos processos vividos por indígenas, quilombolas, grupos e comunidades tradicionais.

Diante dessas definições, buscamos por meio dos saberes e fazeres dos povos originários e das comunidades tradicionais refletir sobre a produção da existência, pois ocupam em nosso território uma diversidade de saberes e experiências, práticas, vivências, identidades singulares que só podem ser encontradas nestes territórios, além da sua relação com a natureza, buscando respeito a preservando-a, situando-se pois, na contramão do modelo capitalista de produção, que visa somente o lucro. Neste sentido Marx (2014), aponta que o ser humano ao transformar a natureza em trabalho, afetando a relação harmoniosa da relação ser humano e natureza.

De acordo com Marx e Engels (2007, p. 75), “a maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo”, já que existe a contradição de interesses dos povos e comunidades tradicionais que produzem a vida antes mesmo de existirem as cidades, pois a relação de existência era completamente diferente das atuais, que busca fazer das pessoas subordinadas, alienadas e até oprimidas em suas relações de trabalho e da propriedade privada.

Nesta mesma perspectiva Brandão e Souza (2012, p. 111), definem que a comunidade é indubitavelmente espaço de vida “[...] e a essência de cada comunidade são os sujeitos e as relações que se estabelecem entre eles e com a natureza”, sendo assim as relações sociais e da própria existência em determinado território se constitui um espaço de vida cotidiana que deve ser respeitada.

O lugar denominado comunidade tradicional, é o espaço que chamamos de vida, que segundo Brandão e Souza (2012, p. 111) apontam que:

As comunidades podem ocupar um lugar, uma determinada localidade onde

estabelecem apenas laços de solidariedade. As relações sociais dão características de vínculos e afeição com o lugar de existência. Os viventes deste lugar constroem laços interativos de afetividade, considerando o território como uso, apropriação. Afeições e símbolos característicos de um espaço heterogêneo. [...] O habitar neste caso, é o elemento que conduz a territorialização da comunidade. Em outras palavras, significa afirmar que é estabelecendo teias sociais e bases territoriais, entendidas aqui como recurso necessário a vida cotidiana e, ao mesmo tempo como a base significativa de cada comunidade, construídas e (re)construídas geograficamente.

Na perspectiva dos autores a concepção de comunidade tradicional está além do próprio território, que por inúmeras vezes está interligada com o espaço geográfico e suas limitações, para caracterizar as pessoas que fazem parte da comunidade.



Brandão e Leal (2012) apontam ainda, que as comunidades tradicionais, se constituem em virtude da sua tradição cultural, das suas formas de resistência nestes espaços e, pois, são aqueles/as que “ali estavam” quando outros grupos “ali chegaram” e se estabeleceram, ambos afirmam que,

[...] elas não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo ‘eles’ é: moderno. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem ‘chega de fora’ (BRANDÃO, 2012, p. 85).

Nesta mesma direção Diegues (1996) destaca as questões territoriais e avança nas questões da estreita relação dos povos tradicionais com a natureza, já que é,

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é de utilizar (DIEGUES, 1996, p. 83).

Percebemos assim que para além das existências pautadas nos ditames da sociedade capitalista, existem outras formas de produção da vida, a partir de lógicas outras, que não a de mercado e da geração de lucros, mas sim projetos de vida que remetam à relações sociais

solidárias e fraternas, bem como, o respeito em relação à natureza e aos demais seres vivos. Consideramos que as comunidades tradicionais expressem formas de produção da existência que questionem, de alguma maneira, a lógica hegemônica e que estas podem ser considerados, segundo Neves (2017, p. 117) como

[...] locais periféricos e afastados das cidades, os que resistiram e lutaram pelo seu pedaço de terra foram marginalizados pela sociedade e denominados pejorativamente de várias formas, como se não tivessem cultura/existência ou não fizessem parte da história da humanidade. Como se olhassem para o passado e não enxergassem o período em que eram a maioria na sociedade e que provinham a existência de outrem através da produção agrícola. Na verdade, tal invisibilidade e desprestígio na sociedade é decorrente da imagem que os cidadãos construíram a respeito deles: pessoas simples, sem estudo, pobres, que só lidam com a terra, que se rebelam e emperram a modernidade. Tais estereótipos contribuíram para os tornarem um segmento marginal da sociedade.

Apesar de Neves (2017), apontar uma percepção contemporânea, cabe destacar que ser e existir enquanto comunidade tradicional é uma estratégia de resistir ao que o capital nos remete cotidianamente, e cabe a nós sociedade vislumbrar que essas formas de existência, ainda persevera no Estado de Mato Grosso, onde com o avanço da monocultura principalmente da produção de grãos (soja, milho, algodão) e criação de gado, se desconsidera outras formas de existência e veicula-se uma imagem única do estado de Mato Grosso baseada no agronegócio.

A partir das reflexões anteriormente apresentadas, pode-se ter uma compreensão acerca das conformações das comunidades tradicionais, ou seja, suas particularidades, desejos, jeitos, cultura tradicional de seus antepassados, saberes e gestos únicos que potencializam os seres humanos que ali vivem e se constituem para a existência e produção da vida.

### **3 Formação de coletivo a partir da proposta extensionista: experiência no Quilombo de Mata Cavallo**

Descrever a concepção de coletivos, associações ou reunir grupos de pessoas com interesses comuns capazes de assegurar a manutenção e ou conquista de direitos atualmente não é tarefa fácil, em virtude das inúmeras particularidades que os vários sujeitos envolvidos expressam, principalmente por se constituírem em grande medida, em trabalho não mercantil e em benefício da coletividade.

É neste sentido que buscamos refletir sobre a importância, as dificuldades e a virtualidade da criação no quilombo de Mata Cavallo, do coletivo de saberes ancestrais que reúne, benzedeiros e benzedoras, garrafeiros/as, erveiros/as, raizeiros/as objetivando o reconhecimento constitucional, já que o reconhecimento pelos membros da comunidade e de seu entorno acontece diariamente através da difusão de seus saberes e práticas.

É nesta perspectiva que segundo Vandresen, Buti e Souza (2014, p. 29), que apresentam na coletividade uma estratégia de agir coletivamente na busca pela garantia dos direitos e da própria preservação dos saberes ancestrais de práticas de cuidado e cura.

É nesse contexto que muitas pessoas, que representam grupos sociais historicamente marginalizados, passam a agir em rede, e encarnarem a existência coletiva de suas identidades emergentes: quilombolas, faxinalenses, ilhéus, cipozeiras, benzedoras, religiões de matriz africana, pescadores artesanais, passam a existir enquanto sujeitos de direito, sujeitos que não somente se fundamentam



em direitos já estabelecidos (como a Constituição Federal de 1988, a convenção 169 da OIT e o decreto 6040/2007), mas que passam a participar da criação e elaboração de leis, decretos, resoluções portarias, fiscalizações para preservação de seus modos específicos de reprodução física e social.

De início foi adotado um modelo para a sua criação, ancorado na preservação, protagonismo e divulgação da medicina popular local com a finalidade de articular ideias e esforços em torno do propósito comum, propiciando organizar e centralizar a sabedoria e a força coletiva dos detentores dos saberes e fazeres locais. Esta opção inicial privilegiou a organização do coletivo para que no futuro, as ideias e concepções estejam amadurecidas e possam se constituir em uma associação sem fins lucrativos, e possa ter poder institucional com cadastro nacional de pessoa jurídica, estatuto e toda documentação necessária para tal.

A oficina que marcou o início ou princípio da criação do coletivo no quilombo ocorreu no dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e um, e o que nos chamou a atenção nos diversos momentos foi o sentimento de gratidão e de pertencimento das pessoas que participaram, bem como a acolhida que tivemos. Isso pode ser melhor compreendido através da fala da Dona Cecília “Ó professor, nós fizemos muitas orações, agradeço muito nossos queridos amigos e colegas, tuudo pras pessoas que tava enferma que nós unimos e oramos mesmo sem sem tá ali”.

De início foi proposto a criação de um grupo de WhatsApp<sup>2</sup>, para com a finalidade de possibilitar a interação virtual e a aproximação das pessoas que estavam participando das referidas oficinas formativas, pois de acordo com Mantovani (2005, p. 4) “portar um celular significa manter-se inserido em uma rede de potenciais interações”

O celular, ao eliminar barreiras vinculadas ao tempo e ao espaço, tornou-se um elemento agregador por possibilitar aos sujeitos um estado de conexão quase permanente. Na atualidade, é possível estabelecer por telefone interações mediadas que incorporam diversos elementos das interações presenciais, devido à possibilidade de manipulação da voz, do som ambiente e da imagem dos sujeitos em interação (MANTOVANI, 2005, p. 2).

Diante dessa iniciativa, tendo como pressuposto inicial da abertura da oficina, as participantes concordaram em fazer parte do grupo, e nele realizar a interação e comunicação, possibilitando trocas de mensagens entre as benzedoras e os benzedores, raizeiras(os), erveiras(os) no intuito de fortalecer o coletivo, mesmo que de forma online, para as oficinas futuras.



Fonte: Arquivos GEPTE, 2021

2 Aplicativo de mensagens instantâneas instalado em celulares e que pode enviar mensagens em tempo real, tendo a possibilidade de realizar chamadas de áudio e vídeo. (Nota dos autores, 2022)

Acima temos a imagem da oficina de formação realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e um, que contou com a participação de doze pessoas da comunidade, que estiveram dialogando, contribuindo e debatendo os assuntos pertinentes a criação do coletivo. Participaram da reunião benzedoras, benzedores, raizeiras(os) e garrafeiras(os) que residem em Mata Cavalão. A atividade formativa foi realizada na Escola Quilombola Tereza Conceição Arruda localizada na comunidade quilombola de Mata Cavalão. Abaixo a imagem dos participantes



Fonte: Arquivos GEPTE, 2021.

Nesta oficina, foi dialogado coletivamente com as integrantes a necessidade da organização coletiva para busca junto aos órgãos competentes, no caso específico a prefeitura para buscar o reconhecimento dos ofícios de cura e cuidado.

A busca pelo reconhecimento e organização, a valorização dos saberes e fazeres que são passados de geração em geração no intuito de valorizar essas experiências, se apresenta como relevante, face à constatação de que nos dias atuais é um desafio não somente a valorização desses saberes, mas também o compartilhamento e a perpetuação junto às novas gerações. A respeito dos saberes Thompson (1998, p. 18) enfatiza que

O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade.

O desenvolvimento do referido projeto de extensão assenta na crença de que pensar coletivamente em virtude da necessidade da organização coletiva e da construção de novos modos de pensar a própria vida e as relações sociais no âmbito do quilombo e com as demais pessoas, buscando alternativas à configuração atual da sociedade capitalista, individualista e excludente.



Fonte: Arquivos GEPTE, 2021.

Na oficina realizada em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, o coordenador do projeto professor Dr. Edson Caetano, realizando diálogo com as integrantes do projeto, buscando articular estratégias de ações que o coletivo possa utilizar como possibilidade de luta, de resistência e de fortalecimento coletivo frente as problemáticas locais existentes no quilombo de Mata Cavallo.

#### **4Considerações finais**

Embora nossa sociedade nos dias atuais seja marcada pelo capitalismo, ainda devemos ter esperança que existem outras possibilidades e formas de ações coletivas que priorizem o bem comum, em tempos tão difíceis, já que a criação de um coletivo vai na contramão do neoliberalismo.

Pensar um coletivo, vai além de teorias, livros ou qualquer outra forma de organização, que os povos e comunidades tradicionais tem, seja no cuidado com a natureza, seja em suas práticas cotidianas de cuidado e cura.

Assim, os saberes ancestrais continuam sendo materializados nas práticas de cuidado e cura, por meio das benzedeiras, benzedores, raizeiros(as), erveiros(as) entre outros curadores(as) locais, que praticam seus saberes e fazeres em busca de contribuir com a coletividade e não exigem nenhuma compensação monetária, além da própria satisfação de fazer o bem ao outro sem nada em troca. Isso é percebido na fala da Dona Jacira “As pessoas chegam pra mim e falam ‘Jacira eu tô com problema assim, assim e assim’ aí eu já, já escuto aquela fala ali e a gente vendo o que que ela fala, o que que a pessoa tá sentindo, já sei o que que eu vou preparar pra ela, pro tratamento dela”.

A fala de Dona Jacira, vai ao encontro do fortalecimento do coletivo das pessoas que vivem na comunidade, onde podemos apontar que a criação do coletivo seja o primeiro passo para a conquista e garantia tanto do reconhecimento do ofício quanto nos direitos a serem conquistados para as pessoas detentoras de saberes ancestrais e tradicionais de cura e cuidado.



## Referências

- BRANDÃO, C. R.; LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE**, v. 08, n. 09, p. 73–91, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; SOUZA, Angela Fagna de. Ser, viver enquanto Comunidades Tradicionais. **Mercator**: v. 11, n. 26, p. 109-120, Fortaleza: CE, set./dez. 2012.
- CAETANO, Edson.; CABRAL, Cristiano Apolucena; BRITO, Flávia Lorena. Bem Viveres: Possíveis Significados, Virtualidades E Limites Presentes Na Produção Da Existência Dos Povos E Comunidades Tradicionais E Assentamentos. **Revista da ABET**, v. 19, p. 275-299, 2021.
- COSTA, João Batista de Almeida. A (des)invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: Dieter Gawora; Maria Helena de Souza Ide; Rômulo Soares Barbosa. (Org.). **Povos e Comunidades Tracionais no Brasil**. 1ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011, v. 1, p. 51-68.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. SP: Hucitec. 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MANTOVANI, Camila Maciel. **Telefonia Celular: Informação e Comunicação em Novo Espaço de Fluxo**, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- NEVES, Camila Emanuella Pereira. **A Amélia que era Mulher de Verdade? Produção Associada e Relações de Gênero em Comunidades Tradicionais de Cáceres/MT**: para além de Estereótipos e Preconceitos. 2017. 305 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, 2017.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- VANDRESEN, José C; BUTI, Rafael.P; SOUZA, Roberto.M. Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. In: SOUZA, Roberto Martins et al. **Identidade Coletiva e conflitos territoriais no sul do Brasil-Manaus**, AM: UEA Edições 2014.